



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Programa de Direito do Trabalho I - Noite

Ano letivo 2020/2021

Regência: Pedro Madeira de Brito

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO E NOÇÕES BÁSICAS

§ 1. O Trabalho

§ 2. O Direito do Trabalho

CAPÍTULO II - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO

§ 3 Dos primórdios ao nascimento do Direito do Trabalho

CAPÍTULO III - AS FONTES LABORAIS E O SISTEMA DE FONTES

Secção I – Fontes Laborais

§ 4. A Constituição

§ 5. Direito Internacional do Trabalho e Direito Europeu

§ 6. Leis Ordinárias, em especial o Código do Trabalho

§ 7. Fontes laborais coletivas e similares



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§ 8. O costume e os usos

§ 9. Jurisprudência e Doutrina

Secção II – Conflitos de normas laborais

§ 10. Os conflitos de leis no tempo

1. As regras gerais de direito transitório
2. As regras especiais de Direito do Trabalho

§ 11. Os conflitos de leis no espaço

§ 12. Os conflitos hierárquicos

§ 13. O princípio do tratamento mais favorável como metanorma

1. Sistema de fontes e o princípio do tratamento mais favorável
2. O juízo de favorabilidade
4. As soluções de tipo estatutário: a interpretação e a aplicação
5. A solução tipo norma de conflitos
6. A qualificação como metanorma

CAPÍTULO IV - A SITUAÇÃO JURÍDICA LABORAL

Secção I – Perspetivas dogmáticas da situação jurídica laboral

§ 14. A autonomia dogmática do Direito do Trabalho

§ 15. Os princípios de Direito do Trabalho



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Secção II – As pessoas laborais

§ 16. As pessoas laborais

1. A personalidade em geral e a personalidade laboral
2. A tutela da privacidade e dos dados pessoais do trabalhador e do candidato a emprego

§ 17. O trabalhador

1. Noção
2. Modalidades
3. Pessoas em situação equiparada
4. O alargamento do conceito de “trabalhador”
5. Tipos de trabalhadores protegidos

§ 18. O empregador

§ 19. Associações sindicais

1. Os sindicatos
2. Noção e natureza
3. Constituição; assembleia constituinte e registo
4. Estatutos, regulamentos e regime
5. Uniões, federações e confederações
6. Atribuições, competência e funcionamento
7. Atribuições e competência
8. Organização e funcionamento
9. A quotização sindical
10. Ação sindical na empresa; reunião, a fixação, informação e instalações
11. Delegados sindicais e comissões sindicais e intersindicais



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

12. Vicissitudes

§ 18. Associações de empregadores

1. Noção, regime e vicissitudes
2. Noção e natureza
3. Regime e vicissitudes; federações, uniões e confederações
4. Atribuições, competência e funcionamento
5. Atribuições e competência
6. Funcionamento

§ 20. Comissões de trabalhadores

1. Origem
2. Quadro geral, organização e natureza
3. Atribuições e competência
4. Do controlo de gestão à autogestão
5. O controlo de gestão; a cogestão
6. A autogestão

Capítulo V - INSTRUMENTOS COLETIVOS DE REGULAÇÃO

Secção I – A convenção coletiva de trabalho

§ 21. Convenção coletiva de trabalho

1. Conceito e evolução nacional
2. Nota de Direito comparado

§ 22. Formação e conclusão das convenções coletivas

1. Negociações coletivas
 - a) Aspetos gerais; apoio técnico



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- b) Pressupostos
- c) Autonomia coletiva, boa-fé e dever de contratar
- d) Proposta; as negociações coletivas
- e) Resposta
- f) Os acordos preparatórios e o valor autónomo das negociações

2. Celebração, depósito e publicação

- a) A celebração
- b) O depósito
- c) A publicação

§ 23. Conteúdo da convenção coletiva

- 1. Generalidades; conteúdos obrigacional e regulativo
- 2. Delimitação negativa e conteúdo habitual
- 3. No plano obrigacional
- 4. No plano regulativo
- 6. Conteúdos típicos
- 7. Exemplo do ACT bancário

§ 24. Âmbito da convenção coletiva

1. Âmbito pessoal

A escolha dos parceiros negociais

Convenções horizontais e verticais; negociações conjuntas e separadas.

2. Âmbito temporal

Prazos de vigência e de renovação

Eficácia retroativa e denúncia

Sobrevigência e caducidade

Revogação e suspensão de vigência



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3. Concursos de convenções

Generalidades; concurso temporal

Concurso territorial

Concurso pessoal

Secção II – Interpretação, integração e aplicação

§ 25. A interpretação

1. Generalidades

2. A fase dualista

3. Solução integrada

§ 26. A integração; a comissão paritária

1. A integração

2. A comissão paritária (492.º/3)

§ 27. A aplicação e os contratos de trabalho

1. A aplicação; normas convénio-dispositivas

2. Contratos individuais de trabalho

§ 28. A alteração de circunstâncias

1. O regime civil

2. O Direito atual

§ 29. Natureza jurídica das convenções

1. A discussão e o sentido atual

2. Panorama geral; teorias negociais

3. Teorias sociais e público-jurídicas

4. Teses mistas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5. Uma fonte privada

Secção III – Outros instrumentos negociais coletivos

§ 30. Acordo de adesão

1. Conceito e regime
2. Efeitos
3. Natureza

§ 31. Decisão arbitral (voluntária)

1. A arbitragem laboral coletiva
2. Processo
3. Eficácia

§ 32. Negócios coletivos atípicos

Secção IV – Instrumentos administrativos de regulação

§ 33. Portaria de extensão

1. Intervenção administrativa
2. Oportunidade política
3. Requisitos
4. Sentido e natureza

§ 34. Portaria de condições de trabalho

1. Conceito e processamento
2. Natureza e limites

§ 35. Arbitragens obrigatória e necessária



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Noções básicas
2. Quadro geral
3. A arbitragem obrigatória
4. A arbitragem necessária

Capítulo VI - CONFLITOS LABORAIS COLETIVOS

Secção I – Greves e outros conflitos coletivos

§ 36. Conflitos coletivos

1. Referência histórica
2. Condicionanismos político-sociais
3. Conflito com o Direito
4. Formulações jurídicas
5. Noção de conflito coletivo

§ 37. Conceito e modalidades de conflitos

1. A greve; elementos e delimitação
2. Evolução histórica
3. Modalidades
4. Outras formas de luta; o boicote

§ 38. Processamento da greve

1. Legitimidade e pré-aviso
2. A adesão à greve
3. Deveres acessórios; serviços mínimos
4. Direitos fundamentais e piquetes de greve

§ 39. Os efeitos da greve



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Generalidades; efeitos diretos
2. Efeitos indiretos
3. Efeitos remotos

§ 40. Limites e sanções

1. Generalidades; limites específicos
2. Limites convencionais
3. Limites genéricos
4. Princípios delimitadores
5. Sanções

§ 41. Natureza

1. Teorias
2. Posição adotada

Secção II - Lock-out

§ 42. Conceito e modalidades

1. Conceito, evolução e modalidades
2. Outras formas de luta empresariais
3. Proibição de lock-out
4. Âmbito e sanções

CAPÍTULO VII - A PREVENÇÃO DOS CONFLITOS DE TRABALHO

§ 44. Soluções autónomas

1. A negociação e a sua promoção jurídica
2. A concertação social
3. A institucionalização



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§ 45. A conciliação e a mediação

1. Noções gerais
2. A conciliação
3. A mediação

§ 46. A intervenção do Estado

1. A intervenção administrativa; a requisição civil
2. A intervenção judicial

Bibliografia

António Menezes Cordeiro - *Direito do Trabalho*, I, Coimbra, 2018.

António Monteiro Fernandes - *Direito do Trabalho*, 19^a ed, Coimbra, 2019.

João Leal Amado e outros - *Direito do Trabalho - Relação Individual*, Coimbra, 2019.

Luís Manuel Teles de Menezes Leitão - *Direito do Trabalho*, 6.^a ed, 2019.

Maria do Rosário Palma Ramalho- *Tratado de Direito do Trabalho*, Parte I, 4^a ed, Coimbra, 2015.

Maria do Rosário Palma Ramalho - *Tratado de Direito do Trabalho*, Parte III, 2.^a ed, Coimbra, 2015.

Pedro Madeira de Brito - *O Contrato de Trabalho da Administração Pública e o sistema de fontes*, Lisboa, 2019.

Pedro Romano Martinez - *Direito do Trabalho*, 9^a ed, Coimbra, 2019.

Pedro Romano Martinez e outros - *Código do Trabalho anotado*, 13.^a ed, Coimbra, 2020.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Bibliografia anterior e bibliografia estrangeira podem ser confrontadas na primeira das obras referidas